

## Um mapa estratégico de ciência e gênero

### Is science multi-cultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies

HARDING, Sandra

Bloomington e Indianapolis: Indiana University  
Press, 1998

Em seu mais recente livro, Sandra Harding reafirma, atualiza e expande a abrangência das proposições que ela vem consolidando, ao longo dos últimos quinze anos, em uma extensa produção que inclui sete livros (como autora ou organizadora) e uma infinidade de artigos publicados em livros e revistas vinculadas a um amplo e diversificado espectro disciplinar e temático.

Desde que publicou, em 1986, *A questão da ciência para o feminismo*<sup>1</sup>, essa autora converteu-se numa das mais significativas referências entre as/os inúmeras/os estudiosas/os (em acordo ou desacordo) que, especialmente nos EUA e na Europa, se interessam pelos vieses de gênero que atravessaram e atravessam a produção do conhecimento em diversas áreas disciplinares, integradas no conjunto de atividades humanas que denominamos ciências.

No Brasil, até onde conheço, dispomos da tradução de apenas um dos artigos de Sandra Harding, publicada nesta mesma revista há quase seis anos<sup>2</sup>. Considerando que temos guardado, neste país, bastante distância de todo esse campo multidisciplinar — geralmente referido como 'feminismo e ciência' ou como 'estudos feministas das ciências' —, a resenha desse livro requer breve contextualização.

Essa vasta literatura acadêmica, desde os anos 70, vem destacando o caráter social, histórico e político das idéias produzidas no imbricamento natureza-cultura por praticantes das ciências naturais, especialmente na área das ciências biológicas. Os estudos evidenciam as inúmeras maneiras pelas quais, nessa área de conhecimento, muitas idéias culturais aparecerem mascaradas de fatos científicos.

Tais estudos resultaram em diversificados questionamentos, queixas, acusações, mas também achados de pesquisa e formulações teóri-

cas, que compõem uma vasta bibliografia crítica do conhecimento produzido na área das ciências sociais e biológicas, cuja tônica é a impossibilidade de as ciências naturais produzirem conhecimento livre dos valores culturais e dos vieses políticos vigentes no contexto em que vivem os próprios cientistas. Com isso, os mesmos estudos ressaltaram os conteúdos valorativos que impregnaram a produção da ciência moderna e que dão origem às imagens e significados atribuídos ao corpo feminino e ao masculino (fisiologia, conformação, genética), à evolução humana (e de outros primatas), à diferença entre os sexos e aos comportamentos humanos. Perfilaram-se assim contra os pressupostos de objetividade, neutralidade, transparência, verdade e universalidade que sustentam o método científico empregado pelas ciências sociais e naturais.

Esse campo de estudos, em grande parte inserido no âmbito dos estudos de gênero, especialmente em universidades americanas e inglesas, firmou-se tanto do ponto de vista institucional — com o reconhecimento dessa produção acadêmica e sua integração na academia, em currículos, postos, cargos e publicações periódicas — quanto do ponto de vista teórico, em estudos transdisciplinares que integram antropologia, filosofia, história, sociologia, ciência política e biologia, além de saberes institucionalizados fora da academia, como a psicanálise<sup>3</sup>.

Os quase trinta anos dessa produção acadêmica resultaram em um rico mosaico de interpretações diversificadas, complementares e muitas vezes antagônicas, que constituem abordagens de gênero sobre: (1) história das mulheres nas ciências e história da produção científica feminina; (2) a maneira como as prioridades de estudo são definidas; (3) a exclusão das mulheres como produtoras de conhecimento e como objeto de estudo; (4) estereótipos presentes na linguagem científica; (5) os critérios que determinam tanto o que deve ser explicado pela ciência quanto o que conta como evidência científica; (6) a dinâmica do que é considerado científico em diferentes épocas e as implicações de gênero para esse processo; e ainda (7) as decorrências das preferências epistemológicas adotadas.

Desde sempre Sandra Harding propôs grandes discussões epistemológicas, procurando dialogar com a literatura feminista sobre ciência, sem nunca deixar de enfatizar as qualidades das dife-

rentes abordagens teóricas e, também, sem abrir mão de propor as estratégias conceituais e as epistemologias que considera mais adequadas para o projeto feminista.

À primeira vista, uma das novidades do livro situa-se na explícita referência, logo no prefácio, ao débito da autora para com as contribuições de estudiosos de outro campo, o dos estudos sociais da ciência (que ela prefere chamar de pós-kuhnlianos), composto por autores como Barry Barnes, David Bloor e, o mais conhecido no Brasil, Bruno Latour. Esse aspecto merece nossa atenção justamente porque o diálogo das feministas com esse grupo tem sido escasso e muitas vezes só pode ser identificado numa agenda oculta que se manifesta em entrelinhas ou em proposições conceituais como a da objetividade forte, proposta por Harding há mais de dez anos<sup>4</sup>.

Ao longo dos onze capítulos do livro, os esforços se concentram na tentativa de construir um mapa estratégico (não o mapa definitivo) que abra espaços para o diálogo e a reflexão entre dois frutíferos projetos que tiveram início na década de 70: de um lado, o da epistemologia feminista/estudos da ciência e, de outro, os estudos pós-coloniais de ciência e tecnologia, operando a partir da teoria da perspectiva (*standpoint*) feminista e pós-colonial. Um primeiro significado apresentado para ambos indica que pós-colonial não é uma categoria geográfica, nacional, racial, biológica, nem feminista.

Os quatro primeiros capítulos do livro são dedicados à discussão das contribuições dos estudos pós-coloniais; segundo a autora, as vertentes dos estudos da ciência que ignoram os efeitos da expansão colonial europeia sobre a emergência da ciência moderna persistem em situar as fontes do crescimento da ciência-e-tecnologia europeia (que a autora distingue de ciência) exclusivamente na Europa, ignorando ou negligenciando o fato de que importantes setores da pesquisa científica europeia se organizaram fundamentalmente a serviço do estabelecimento e da manutenção do colonialismo e da escravidão, ao mesmo tempo em que idéias científicas e tecnológicas locais, sobre navegação, cartografia, desenvolvimento agrícola, farmacologia e outros meios de lidar com o ambiente local, foram emprestados de não-europeus e incorporados aos projetos europeus — muitas vezes utilizados contra os interesses locais.

Essa abordagem, adotando a perspectiva dos não-europeus, vem permitindo expandir o mapa geográfico e histórico convencionalmente adotado pelos estudos das ciências nas últimas três décadas, revelando importantes faces da

moderna tradição científica: esta não é monolítica, tendo utilizado diferentes métodos e estilos de racionalidade que tiveram, por sua vez, consequências epistemológicas tão relevantes quanto as práticas de laboratório.

No quinto capítulo, sugestivamente intitulado 'Culturas como caixas de ferramentas para as ciências e tecnologias', a autora amarra a discussão a partir de feita ilustração dos capítulos anteriores para enfatizar: (1) os poderosos efeitos mútuos produzidos entre a expansão europeia e os padrões de conhecimento e ignorância adotados pela ciência moderna, ao tomar o mundo como seu laboratório; e (2) a demonstração de que a perspectiva do *outsider* traz poderosos recursos que permitem ciências mais precisas no entendimento de seus próprios processos.

A seguir somam-se três capítulos dedicados às teorias feministas, sinalizando desde logo que o feminismo nunca pretendeu ser um bloco monolítico; que ele, ao contrário, tem sido a contínua expansão de diferentes localidades históricas, políticas e culturais, a partir da qual se expressa. Dentre essas expressões, a autora destaca as abordagens da perspectiva feminista (*feminist standpoint approaches*), que utiliza os recursos da localização social particular das mulheres para maximizar o entendimento objetivo das proposições sexistas e androcêntricas que conformam as instituições dominantes, suas estruturas conceituais, culturais e práticas. Defensora incondicional da teoria do *standpoint*, Sandra Harding identifica nos estudos pós-coloniais um importante recurso para expandir a estrutura conceitual das análises feministas de ciência e tecnologia e favorecer o diálogo destas com os estudos pós-kuhnlianos e com os próprios estudos pós-coloniais de ciência e tecnologia.

Cabe atentar para ressalvas importantes que a autora constrói em suas proposições. *Standpoint* tem sido traduzido para o português como 'perspectiva', mas a autora sublinha que não se trata meramente de perspectiva ou de ponto de vista, pois implica tanto ciência como luta política. Um *standpoint* é uma posição objetiva em relações sociais, articulada por meio de uma teoria ou discurso. No entanto, tal posição não é naturalmente constituída, no sentido de que homens e indivíduos europeus, por exemplo, podem adotar, respectivamente, a perspectiva das mulheres e dos colonizados.

A partir daí, um longo capítulo é dedicado a responder afirmativamente à pergunta: existem perspectivas de gênero sobre a natureza? Até onde meu conhecimento alcança, aí está a mais elaborada, articulada e ilustrada defesa de Sandra Harding à abordagem teórica de sua preferência.

Vale a pena, até mesmo para aquelas/es que não compartilham (com muito razão!) do entusiasmo da autora por essa proposta.

O argumento inicia-se com base na idéia, já consagrada, de que mulheres e homens na mesma cultura se situam em diferentes localizações 'geográficas'; as mulheres desempenham atividades (culturalmente atribuídas) distintas dos homens, apresentam diferentes interesses e recursos discursivos e, portanto, diferentes maneiras de organizar a produção de conhecimentos e de se relacionar com o mundo ao seu redor, o que configura diferentes culturas de gênero.

No caso das culturas de gênero, assim como no dos povos colonizados, não se trata de mera diferença entre culturas: existe ainda a hierarquia entre os dois grupos gerando desvantagem política que, para a teoria da perspectiva (desde sua origem marxista), pode ser transformada em vantagem analítica. Com base nesse entendimento, as ciências que não utilizam, nem ajudam a desenvolver, tais perspectivas estariam impossibilitadas de desenvolver observações e apresentar explicações mais acuradas e abrangentes sobre a natureza. Talvez essa falha (deixar de usar os recursos pós-coloniais e feministas) seja a explicação para o fato de que os estudos pós-kuhnianos, por mais valiosos que sejam, não tenham detectado as pressuposições etnocêntricas e androcêntricas de suas pesquisas.

Tudo isso para desembocar na outra defesa importante: a questão da objetividade. Abrir mão das crenças prevalescentes sobre neutralidade, constatar que a objetividade das ciências é fraca, requer, então, rejeitar completamente a epistemologia da ciência moderna? Sandra Harding constrói essa pergunta justamente para

afirmar que a resposta é um sonoro não. A noção de objetividade pode ser separada das exigências de neutralidade que têm bloqueado o avanço do conhecimento a respeito de uma importante gama de casos.

Assim, as abordagens da teoria da perspectiva fornecem um mapa, um método para maximizar a 'objetividade forte' nas ciências naturais e sociais.

Embora Sandra Harding reconheça a contribuição dos estudos sociais da ciência, recorrendo mesmo a diversas contribuições de autores identificados com essa corrente, sua defesa das teorias do ponto de vista e suas conclusões tão apegadas à importância da objetividade acabam por afastá-la daqueles para quem as obsessões com 'corte epistemológico' e com a própria objetividade são irrelevantes — justamente porque eles duvidam de que os próprios cientistas estejam, de fato, preocupados com tais questões.

1 *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

2 Sandra Harding. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, v.1, n.1. Rio de Janeiro, 1993, p.7-32.

3 Para citar apenas as autoras cuja produção constitui referência obrigatória: Emily Martin, Londa Schiebinger, Anne Fausto-Sterling, Evelyn Fox-Keller, Helen Longino e Donna Haraway.

4 Conhecedora das duas correntes, Maria Margaret Lopes faz instigante discussão em seu artigo "Aventuras nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil". *Cadernos Pagu*, n.10. Campinas: Unicamp, 1998, p. 345-68.

MARIA TERESA CITELI ■

## Entre resistir e identificar-se: cinco brasileiras em debate

Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática narrativa brasileira de autoria feminina.

SHARPE, Peggy (org.)

Florianópolis: Mulheres / Goiânia: UFG, 1997. 200 p

*Entre resistir e identificar-se* nasce a partir da constatação de que existe uma carência considerável de teoria para explicar o desenvolvimento da literatura de mulheres no Brasil. Assim, sua proposta central é explorar e questionar os limites atuais do debate crítico sobre a narrativa brasileira contemporânea de autoria feminina.

Além de Clarice Lispector, a autora mais traduzida na Europa e nas Américas, existe hoje uma comunidade de escritoras brasileiras cuja